

A CRUELDADE SOBRE A PERIFERIA

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Resumo: Ao longo desse artigo procuramos descrever as novas figuras de subjetivação ou de socialização que são constituídas no tempo longo da modernidade. A juventude periférica é analisada como corpo da diversidade e da fragmentação do sujeito na pós-modernidade. Vivemos uma falha na falta que nos abre para o real, lacuna simbólica onde campeia a paranoia e a melancolia. O trauma, a dor e a perda são questões que se inscrevem pela via da crueldade como modo de destituição da condição humana para determinados grupos sociais. No século XXI, a banalização da violência se articula com o exercício da crueldade, com seus efeitos sobre a estrutura do desejo e a materialidade da violência e do medo. O cenário urbano metropolitano está marcado pela desmedida das máquinas de captura do biopoder, o que resulta na fenomenologia da economia simbólica da crueldade exercida sobre o conjunto das relações sociais, pelos dispositivos das tecnologias de poder, em particular sobre a juventude das periferias.

Palavras-chave: Noções e conceitos: juventude periférica, crueldade, tecnologias de poder, dominação, desfiliação, subjetividades coletivas, espaço urbano, economia simbólica.

Abstract: This article tries to describe the features of subjectivation or of socialization constituted in the long time of modernity. The youth in peripheries is analyzed as a body of diversity and of fragmentation of the subject in post-modernity. We experience a gap in the lack that opens to the real, symbolic gap where paranoia and melancholy are dominant. Trauma, pain and loss are issues that show cruelty as a means of destitution of the human condition for certain social groups. In the 21st century the banality of violence is articulated with the exercise of cruelty, with effects on the structure of desire and the materialization of violence and fear. The urban metropolitan scene is marked by the bio-power capturing machines, which result in the phenomenology of the symbolic economy of cruelty exerted over social relations, by means of power technologies, particularly over the youth in the peripheries.

Keywords: Notions and concepts: peripheric youth, cruelty, power technologies, domination, collective subjectivities, urban space, symbolic economy.

Apresentação

Antes de mais nada, o mal-estar se revela no registro do corpo.

Joel Birman¹

Por ocasião da participação no Segundo Colóquio promovido pelo projeto “Juventudes, Subjetivações e Violências”, procuramos localizar o debate sobre a juventude no terreno da luta pelo direito à cidade. Situando a

¹*Professor do IRI/PUC-Rio.

BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

periferia como o espaço de produção do cotidiano e das resistências populares a partir da valorização política da sua centralidade. Colocamo-nos, no plano da análise, afirmando os processos sociais de autonomia e autogestão em oposição ao quadro das ações de biopoder definidas pela agenda da guerra e da ordem, no plano global e na cidade.

Ao entrar em contato com esse debate promovido pelo grupo EPOS de pesquisadores no âmbito do IMS-UERJ, por convite de Helena Bocayuva, senti-me tentado a reler um conjunto de textos de Joel Birman, que coordena os estudos das genealogias, das subjetividades e da violência como questões que permitem abordar o mal-estar na sociedade contemporânea.

Ao longo de muitos de seus livros Joel Birman desenvolve uma leitura da psicanálise articulada com um conjunto de abordagens filosóficas, políticas e sociológicas capazes de constituir uma interpretação crítica da contemporaneidade. Na sua perspectiva transdisciplinar, ele desvenda a degradação da política e as manifestações da crueldade na atualidade. Esse esforço permite abrir as brechas para um repensar de práticas e discursos de resistência, uma vez que desnuda os mecanismos da dominação exercida sobre as multidões na era do capitalismo global na estrutura do cotidiano. Da sua leitura crítica da socialização e subjetivação na contemporaneidade, tomamos como referência a noção de crueldade, como um fator explicativo central das relações de dominação e do agir coletivo na pós-modernidade, que se relaciona diretamente com o conflito e a violência projetada a partir do investimento sobre o corpo juvenil-popular e os lugares designados como periferias².

² Desde BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, que a questão do sujeito para a psicanálise é articulada com as dimensões da violência, da dimensão simbólica e do seu lugar teórico, metodológico e epistemológico. Inscrito na leitura da cultura e dos fenômenos atuais seu trabalho de pesquisa percorre as mais diversas manifestações da subjetividade a partir de uma tensão ética que se materializa no discurso filosófico sobre a noção de estilo em *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Editora 34, 1996 e *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1997. O tema das novas formas de subjetivação emerge nas páginas críticas e estudos que articulam a continuidade do esforço de colocar o discurso metapsicológico em Freud e a relação de alteridade em Lacan, diante dos modos de constituição dos sujeitos no conflito e na linguagem das relações e redes de poder, institucional e simbólico, onde o feminino e a juventude se colocam face ao mal-estar, o horror e a crueldade contemporânea. Emerge uma conexão entre as dimensões metodológica da leitura biopolítica,

Cena contemporânea

Os jogos de guerra, os espetáculos de brutalidade, a violência e a agressividade nas relações humanas marcam as experiências cotidianas nas grandes metrópoles ao final da primeira década do século XXI³. As operações e as campanhas, os programas e os projetos contra a insegurança definem o terreno estratégico do debate sobre as práticas de governo. A governamentalidade se constrói pelo controle das populações nos territórios. A construção de discursos sobre a desordem e a violência se sustenta em uma realidade virtual que maneja e monta sua verdade a partir de choques, confrontos e contrastes que partem da redefinição permanente do inimigo público. Na face da juventude a verdade dos poderosos projeta o reflexo dos seus temores, como soma das imagens do selvagem, do bárbaro e do oriental. Como veremos, a juventude se torna objeto desqualificado e naturalizado para ser manipulado quer como potência de trabalho vivo, quer como excedente descartável.

O biopoder dominante e a força da exceção golpeiam na direção das classes populares, incidindo sobre os jovens das periferias, partindo da afirmação de sua falta de requisitos, de atributos, de competências de habilidades e de conhecimento. Na ação das forças dominantes se desenha, desde logo, a identificação de uma índole criminosa da juventude periférica, da

ética e estética da leitura ontológica e epistemológica, mas é nas implicações antropológicas e na esfera do sujeito do desejo que a escrita de Joel Birman alcança seus efeitos estilísticos e existenciais mais radicais. O que se expressa em trabalhos como *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, *Cadernos do Mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

³ As tendências regressistas e a indiferença face ao Outro são parte dos traços sádicos que retornam no século XX no quadro dos totalitarismos nazi-fascistas e do stalinismo. As formas atuais desse processo que articulam banalização técnica da violência com crueldade podem ser debatidas utilizando as sugestões e desafios delineados por Adorno quando afirmou que “Sempre que o consciente estiver mutilado, isso reverte para o corpo e para a esfera somática, numa forma sem liberdade tendente à violência” (ADORNO, Theodor W. Educação após Aushwitz. In: COHN, Gabriel (Org.), *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 39).

sua potencialidade e capacidade de delinquir, que é anunciada e manejada de forma a que se traduza em uma profecia que se cumpre. Uma marca inicial de segregação define essa natureza potencialmente criminógena que vem das periferias como expressão de ameaça permanente, dado que sempre haverá pobreza por força das desigualdades tidas como naturais. Essa mesma ideologia de criminalização combina Hobbes com Darwin de forma caricatural, de modo a fortalecer a sua convicção quanto à noção dos mais aptos para a competição, reafirmando o despreparo da juventude periférica.

Na cena contemporânea a economia da violência simbólica e o regime de segurança se apoiam em grandes mercados para as práticas policiais e judiciais, assim como para a indústria da informação e da comunicação⁴. Os paradoxos da nova economia pós-fordista na sua relação com a lógica cultural do capitalismo pós-moderno lidam com as ambivalências de um processo de acumulação que procura capturar a criatividade das classes populares e dos diferentes povos. Ao mesmo tempo em que aniquila as autonomias e produz as práticas de exceção para conter a emergência da voz e da presença das periferias.

O espaço produtivo da cultura está maçado pela explosão e tensão das inúmeras subculturas periféricas, pelo esforço em mercantilizar e banalizar suas características de pseudoliberalidade, na construção da demanda por um excedente de pseudoescolhas de modo a suprir as falsas necessidades do lixo de luxo.

⁴ “Essas disposições comuns, e a *doxa* compartilhada que elas fundamentam, são produto de uma socialização idêntica ou semelhante, que leva à incorporação generalizada das estruturas do mercado de bens simbólicos sob a forma de estruturas cognitivas em consonância com as estruturas objetivas desse mercado. A violência simbólica apoia-se na consonância entre as estruturas constitutivas do *habitus* dos dominados e a estrutura da relação de dominação à qual eles (ou elas) se aplicam: o dominado percebe o dominante através de categorias que a relação produziu e que, assim, estão de acordo com os interesses do dominante” (p.194).

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

A cultura e a resistência das periferias são reduzidas e capturadas na sua forma mais despolitizada de modo a poder gerar o duplo efeito, de mercantilização e de desqualificação, aniquilando a potência constitutiva de um desejo e sentido de transformação das condições impostas pela dominação por segregação. O desenvolvimento desigual do processo de acumulação reproduz as clivagens de classe, étnica, de gênero e de geração como condição essencial para a sua existência.

Juventude periférica

Falar de juventude periférica é pensar os modos de constituição de um conjunto de seres sociais situados no conflito urbano atual, como força de trabalho do regime pós-fordista e como o Outro dos dispositivos sociais de controle. A sua presença se manifesta na estrutura social, subsumida ao capital: como força produtiva da acumulação e especialização flexível, através das redes de produção e consumo e, também, como relação de produção na forma de apropriação pelo capital da mais-valia social gerada pelos novos códigos proprietários da reprodução social segregadora.

A economia simbólica de que fala Pierre Bourdieu serve de base para pensarmos a violência constitutiva das dinâmicas de reconhecimento para as trocas sociais, permite pensarmos os recortes e classificações que articulam os campos apoiados no *habitus*. Considerando o que vale para os grupos sociais, no momento em que as formas de produção e mercantilização da cultura e da imagem geram um espetáculo onde a juventude está no centro como um objeto de desejo.

O corpo juvenil e popular encerra os desafios e a crise da reprodução e da emancipação, pela força produtiva do trabalho cognitivo e imaterial, pela capacidade de interação e produção linguístico-comunicativa, como objeto das formas que servem para delimitar as fronteiras sociais através dos aparelhos ideológicos e dos dispositivos de segurança e controle. As subjetividades

ligadas ao que se designa juventude se manifestam como expressão da multiplicidade e da diversidade ou como corpo vivo ameaçador. A juventude é expressão da emergência do sujeito da mudança ao mesmo tempo em que é objeto das estratégias de sustentação da ordem.

A separação entre economia e política se faz na cultura da modernidade líquida do consumo e da fragmentação social. A desfiliação de direitos se opera por força de um modo de exercício de biopoder através de um conjunto de práticas sociais de comando, por meio de uma economia política da dominação simbólica, que tem na crueldade o seu sintoma psicosocial mais evidente.

Dominação e ordem

A dominação deve ser compreendida menos pela ordem racional-legal e monopólio do uso legítimo da força no sentido weberiano e muitos mais no sentido ampliado de sistema de relações de poder, definido pelos dispositivos, práticas, discursos de legitimação e saber que constituem os aparelhos e tecnologias de poder na medida em que operam em contextos reais que tentam capturar e agenciar o agir individual e coletivo.

Os processos de análise mais amplos se tornam necessários para a compreensão das práticas de dominação como exercício de entendimento histórico, aproveitando o que pode ser desvelado pelas análises críticas e pela reconstrução da genealogia, na medida em que estas atingem os efeitos de saber e desnudam as relações de poder.

As práticas de dominação se inscrevem no âmbito das estratégias de hegemonia, articulando a leitura de Gramsci com a leitura de Foucault, ao identificar a construção das capacidades de capturar e normalizar as subjetividades, através de sistemas de cooptação e concretização de interesses particulares, gerando os blocos de forças e corpo intelectual-burocrático que opera os regimes econômicos na sua relação com os modos

de governar. As práticas de dominação e as formas de Estado se sustentam em dispositivos apoiados nas formas jurídicas e nas instituições que organizam o agir dos sujeitos, cuja presença depende da sua capacidade de criar zonas e vozes de enunciação e intervenção autônoma. As relações de força na contemporaneidade colocam a análise dos mecanismos de poder e da relação de saber no centro de uma disputa sobre as possibilidades de reconhecimento dos grupos sociais oprimidos. A coisa e a norma se inscrevem num regime de economia política de controle, os objetos e os sujeitos estão relacionados pelos modos de gestão e pelas tecnologias aplicadas sobre a população, onde as divisões do trabalho, as forças produtivas e o excedente são manejados no campo das relações de poder.

A crise da sociedade global e os conflitos sistêmicos colocam a urgência da identificação dos mecanismos que permitem, na contemporaneidade, que a segurança se torne, ela mesma, parte de um saber-fazer que se exerce na cena global. As novas forças sociais produtivas do capital permitem uma articulação de jogos de poder onde as tecnociências e a cibernética se apoiam na produção imaterial para sustentar uma “onicrise” de um poder imperial que se torna cruel no momento da sua decadência.

Na desmedida da dominação está a lacuna para pensarmos os modos de superação da desigualdade, mas para enunciar e criar outras formas é preciso que o discurso de resistência quebre as amarras do processo de crueldade. Pensar essa questão a partir da subjetividade e da violência na relação com o corpo juvenil e popular é uma opção-chave para os pesquisadores que lidam com a escuta do sofrimento humano, o que faz da psicanálise uma ferramenta estratégica desse processo de abertura de novos possíveis para a superação do mal-estar na contemporaneidade⁵.

⁵ “Entre o registro ético e político, a questão da crueldade se coloca, pois, como um imperativo, isto é, como a problemática por excelência a ser pensada e reconhecida para que possamos efetivamente enunciar novos discursos sobre a barbárie e sobre os impasses ainda bastante atuais sobre o pacifismo. É esse o corredor mortífero que devemos atravessar para que possamos, quem sabe, sair do domínio efetivo do mal e, assim, desencantar sem cumplicidade o nosso fascínio pela guerra, pela morte e pela barbárie” (BIRMAN, Joel. *Cadernos do Mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137).

O exercício da dominação no território traduz os modos de produção baseados nos agenciamentos e na captura desencadeada dos fluxos e impactos das redes verticais corporativas de acumulação. Nos diferentes lugares, as formas de extermínio e os tipos de contenção vêm desencadeando uma guerra permanente nas periferias. Onde, no melhor dos casos, a paz se aproxima da imposição de regimes de exceção, ali onde os processos de ocupação são conduzidos em nome da “ordem”, para garantir a presença do Estado, como nas favelas do Rio de Janeiro.

O Estado e o capital simbólico

A função do Estado se articula com o campo jurídico e com as ações e delimitações da economia política, com sua forma de revestimento externo e fundamento através do direito e com sua capacidade de orientar as formas institucionais adequadas ao regime de produção da riqueza nacional. O capital simbólico que delimita os princípios e define os valores sugere o horizonte estratégico da estrutura da ordem e da moralidade pública. O direito de vida e de morte e a capacidade de mobilizar e garantir as forças de produção e reprodução social fazem da soberania uma dimensão essencial da governamentalidade, ou dos modos de ação prática do Estado para capturar e gerir as potencialidades da população num dado território para competir com os demais estados, ou mesmo se adequar aos novos determinantes sistêmicos da estrutura imperial global.

O lugar do capital simbólico se define na construção dos problemas e no recorte que define os saberes e as práticas que devem dar conta dos recortes e desafios identificados como objeto sobre o qual o Estado exerce seu poder de exceção. O problema social da pobreza e do crime é enquadrado na produção da verdade sobre os sujeitos, e na produção dos sujeitos como objetos de certo discurso e economia da verdade sem a qual as relações de poder dominantes não se reproduzem. Esse mecanismo de dominação pela

produção de capital simbólico pela inteligência do Estado, na incidência sobre os aparelhos ideológicos, como parte de uma quase-hegemonia propiciada pela dialética negativa de construção de uma ameaça a partir de um corpo que se manifesta, é percebido como uma ameaça, como um monstro que se materializa nas muitas formas do corpo juvenil, popular, negro e mestiço que irrompe na cena contemporânea.

Aceitar o discurso dominante ou com ele se comprometer permite participar da economia da dominação simbólica, o processo de reconhecimento e a adesão à verdade de um discurso participando de suas práticas fazem parte da construção desse senso comum da ordem que se constrói sobre a enunciação e a naturalização do Outro. Desta maneira, as bases para um consenso sobre a ocupação e pacificação das favelas casam-se perfeitamente com o conceito dominante de ordem sobre o Outro, única forma considerada racional para uma atualização do discurso que recoloca a questão social, sempre lida como questão de polícia. A criminalização da juventude é a expressão da violência latente e da desordem permanente na cidade informal e popular, resultado da má-educação das classes populares atualizada como discurso sobre o despreparo das mesmas para participar da festa do crescimento capitalista da semiperiferia brasileira.

O corpo da juventude e os modos de subjetivação⁶

A economia política da globalização com suas redes de mercadorias, na diversidade de modos de mobilização e agenciamento do trabalho, sofre a transformação das relações de produção e incrementa a circulação sob o impulso da nova base técnica. O capitalismo em rede opera através de sistemas capazes de comprimir as relações tempo-espço (pela aceleração e pela aproximação, encurtando as distâncias), onde as formas de informalização

⁶ “Nosso século apagou a linha divisória entre o ‘corpo’ e o ‘espírito’ e vê a vida humana como espiritual e corporal de parte a parte, sempre apoiada no corpo, sempre associada, até nos seus modos mais carnisais, às relações das pessoas. Para muitos pensadores, no fim do século XIX, o corpo era um pedaço de matéria, um feixe de mecanismos. O século XX restaurou e aprofundou a noção de carne, ou seja, do corpo animado” (MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 256).

e precarização se relacionam com a construção de novos padrões e critérios de riqueza, com a nova “destruição criativa” e a acumulação originária permanente. A adequação e a inclusão nesses processos se fazem por meio do encurtamento de prazos de contratos, por processos e sistemas de relações autonomizados, ora conectados ora desconectados aos modos de vida das classes populares. A produtividade da economia é dada pelas interfaces entre produção e consumo, onde o trabalho vivo do proletariado, o precariado e o cognariado é agenciado pelo capital. Nas metamorfoses da economia mundo vemos as várias faces da classe trabalhadora que vive da venda da força de trabalho diante do regime salarial em crise⁷.

Na nova economia global a cidade é o território produtivo, onde o informal prevalece como condição de criação do valor pelo trabalho vivo, quer na sua face autônoma de cooperação livre, quer como forma de trabalho precário em condições de degradação e criminalização – para homens e mulheres, principalmente migrantes, jovens pobres e não brancos.

Ao falar de corpo da juventude estamos pensando num recorte de experiência e constituição de subjetividades coletivas que ganham materialidade e forma nas ações, estilos e afetos constituídos dentro de recortes geracionais de fronteiras variáveis, como um intervalo de transformação temporal variável entre as etapas estabelecidas, formalmente, na vida social em cada lugar. Esse recorte da mudança no momento intermediário, entre a infância e a vida adulta, se dilata na modernidade e se hipertrofia na pós-modernidade, pelas intervenções e produções industriais que povoam a vida social através da profusão de objetos técnicos, de formas estéticas e comunicacionais.

⁷ “À progressiva desmaterialização dos meios de produção corresponde uma espécie de *espacialização* dos recursos socioculturais que concorrem para produzir o “cognariado”, a classe dos produtores imateriais pós-fordistas” (MARAZZI, Christian. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 99).

As novas figuras de subjetivação ou de socialização são constituídas no tempo longo da modernidade. Nos ciclos curtos da emergência das diferentes ideologias e práticas o jovem é como que fabricado. A juventude se manifesta como corpo da diversidade e da fragmentação do sujeito pós-modernidade. A nova sociabilidade narcisista e individualista favorece o relativismo moral e a singularização desse presente interminável, no cotidiano transformado pela profusão de estilos e marcas, onde o espaço para a elaboração da dor, do luto e da perda parece obstruído. Vivemos uma falha na continuidade dos modos de vida pela falta que nos abre para o real, entendido como lacuna simbólica num cotidiano contemporâneo onde campeia a paranoia e a melancolia. Nos *Cadernos do Mal* de Joel Birman podemos perceber a implicação abrangente desse processo a partir da leitura do tema da guerra. Trauma, dor e perda são questões que se inscrevem na condição humana na atualidade como resultado das táticas e operações de destruição do Outro, seus efeitos sobre a estrutura do desejo e a materialidade da violência se apresentam na desmedida, que resulta na fenomenologia da crueldade exercida nas relações sociais e pelos dispositivos das tecnologias de poder.

O alongamento da adolescência na cultura urbana se liga a um processo de brutalidade em que as classes populares são lançadas de maneira precipitada na esfera da vida, como objeto da razão instrumental sob o olhar complacente e fatalista da razão cínica. A irresponsabilidade pública e do grupo social se organiza dentro das novas campanhas moralizantes que penalizam os indivíduos ditos “inúteis”, sem os requisitos para a “empregabilidade”. Restando aos que se submetem a aceitação da manipulação através das máquinas utilitárias e dos serviços. Os que se recusam até mesmo ao trabalho na vida doméstica e os que estão fora dos vínculos familiares e assistenciais de proteção, são empurrados para as condições de desumanidade legitimada pela sua própria incapacidade de empreender e superar as condições pela via da competição. A disputa e concorrência são as virtudes que o sistema preza como sendo as principais para a formação de lideranças, de modo a tornar a

juventude apta para vencer na esfera do individualismo no mundo mercantilizado do “fim da história”.

O registro psicológico e biológico geracional, que constitui a juventude como categoria social, é reorganizado pelos dispositivos de controle e pelas modalidades jurídicas que permitem destituir direitos. As tecnologias de gestão das práticas instituídas são garantidas pelo temor gerado por diversas modalidades de intolerância, contenção e naturalização da condição de exclusão.

As tecnologias do poder de controle constroem os tipos ideais de subjetividades prontas para a sujeição. Mas, diante da crise das estruturas disciplinares, torna-se vital o reforço das práticas da crueldade sistemática, como a verdade transparente, o sintoma necessário para excluir a política e aniquilar a dissidência. O que permite que do lado do consumo se vá selecionando os indivíduos pela formação de gostos, pelas distribuições de lugares e atributos, pela certificação de habilitações, produzindo as modalidades instrumentais da reprodução social desejada pelo sistema de poder em ritmos adequados a uma diferença esvaziada de conflito pela via da construção das pseudoescolhas.

Falar de juventude na atualidade é indicar um espaço alargado e complexo de construção imaginária, de produção e de consumo, ao mesmo tempo de linguagens, estilos, misturas e hibridizações. As práticas singulares e o tribalismo são operados pelo regime de valorização do capital e pelas formas de controle e subjetivação. Os modos de vida estruturam as trajetórias das subjetividades coletivas no cotidiano caracterizado por transformações sistêmicas que explodiram ao final dos anos 1960. A tentativa de capturar e operar as potencialidades de uma mutação nas formas de subjetivação, manejando as identidades e produzindo estratégias de atratividade e de atemorização, faz parte de um quadro de transição onde a construção do jovem e seu poder é um objeto de fabricação e disputa permanente.

Modo de produção da “sociedade do espetáculo”

O modo de produção e captura do desejo pela sociedade capitalista do espetáculo utiliza o potencial produtivo das redes sociais horizontais, da criação de identidades de grupo, das interações comunitárias, atravessando as fronteiras e zonas que dividem o público e o privado. O narcisismo e a crueldade aparecem como duas faces de uma economia política cujas relações de produção e o quadro de normalização exigem a divisão dos sujeitos, de um lado em consumidores e usuários, e de outro, como população excedentária, como resíduo social. A quantidade de “excluídos” aparece como uma área de enfraquecimento da máquina de dominação. A quantidade de “excluídos” é parte de uma estratégia de produção de um novo regime de controle e segurança. A juventude que aparece como força cognitiva e criativa é sempre um objeto de risco na ótica do poder, da ordem estabelecida, portadora que é da necessidade de gerar microespaços de autonomia e circulação existencial sem o que não se produz valor para a interação e conexão nas redes de produção. Nisso reside o caráter paradoxal do corpo juvenil, como objeto de desejo produtivo e como ameaça para a desordem ordenada do sistema de poder.

O domínio do novo código proprietário do intelecto que cria bens e serviços tenta capturar o poder que comanda as cadeias materiais de produção e consumo. Na era da “sociedade em rede” se destaca o valor do trabalho imaterial onde a produção do conhecimento, a inteligência e a criatividade sensível e comunicativa estão no centro dos modos de desenvolvimento enquanto formas dominantes de determinação da produção. A jovem classe trabalhadora é capturada na primeira década do século XXI pelas redes corporativas da chamada sociedade do conhecimento ou pelo capitalismo global pós-moderno. Os modos de controle e uso da disponibilidade dos segmentos da multidão de trabalhadores precários fazem do trabalho informal e sociocriminal parte de um terreno de articulações diversas, entre a

sobrevivência de circuitos populares de produção e consumo e as formas de sobre-exploração e subcontratação. A liberação dos canais de fluxo e circulação de capitais, mercadorias, pessoas amplia os espaços para a operação do poder das redes criminais e das cadeias de bens e serviços que resultam na venda de armas, drogas, corpos, órgãos e toda a sorte de práticas consideradas ilegais, ampliando a corrupção nas várias dimensões da vida social.

A guerra e a nova economia

O complexo industrial-militar e as máquinas de guerra se articulam com as diferentes formas de economia global, com os circuitos territoriais de recursos esgotáveis e os espaços nacionais e locais subordinados ao fluxo e exploração da rede global de desmaterialização do trabalho e de financeirização dos processos de investimento e troca. A guerra difusa e ininterrupta acompanha a velocidade dos fluxos que liberam os territórios para a voracidade do capital globalizado. As formas de conflito civil, as práticas de encarceramento e as dinâmicas de exceção jurídica e política que acompanham a nova geopolítica imperial e a nova geoeconomia instituem um novo regime disciplinar de segurança e controle que se alimenta de um capital imaginário povoado de novas ameaças⁸.

A crueldade aparece como um fator de uma nova economia do gozo que expressa o sintoma do mal-estar contemporâneo com sua razão cínica que criminaliza países, lugares, populações, onde os novos processos de segregação são apoiados na produção de imagética. O capital social perverso da violência simbólica que se acumula por meio

⁸ Na constituição do processo político da modernidade ocidental em particular após a chamada “era clássica”, Michel Foucault descreve o duplo movimento das tecnologias de poder, no plano das relações de força e balança de poder entre os Estado e no plano do estabelecimento das relações de associação e nos modos de reger a autoridade pública. As chamadas tecnologias de poder podem ser pensadas na razão direta da construção dos regimes disciplinares e de vigilância, estando na base dos desdobramentos do biopoder que articula as escalas do comando e da decisão sobre a vida e a morte, na guerra e nas políticas sanitárias, sobre as populações que marca a passagem para as sociedades de controle. Vide FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 e, do mesmo autor, **BI** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

das novas divisões étnicas, de geração, de gênero e de classe⁹. O mesmo corpo produtivo da diferença e da singularidade é constituído como objeto de um exercício de economia simbólica que apoia a extração de uma mais-valia social que precisa reconstituir a dialética do temor, da ameaça e do medo dos indivíduos e grupos em todos os lugares. O efeito dessas práticas interfere nos modos de socialização e na formação das subjetividades, reduzindo a capacidade de superar a lógica da guerra de todos contra todos.

A estrutura da produção da juventude na conjuntura geopolítica do pós-guerra fria permite observar várias cadeias de relações paralelas entre: guerra, criminalização, contenção como expressão da dominação material da barbárie, da crueldade e da vida nua, como expressões da estratégia de dominação simbólica. Os novos campos e muros, as novas prisões e penas, os processos de extermínio e genocídio se apoiam em processos atuais de estigmatização das classes populares e da juventude periférica¹⁰. Os pesadelos e as dores desses processos são desvelados pela crítica, formulada por Joel Birman, com base nas categorias psicanalíticas colocadas no diálogo mais amplo com saberes implicados com o tema da emancipação e da resistência.

A resistência é o outro lado dos modos de subjetivação. Ela nasce com a emergência da juventude através da sua demanda por direitos, que vai muito além das formas de captura e agenciamento que tentam se exercer, sobre

⁹ O homem encontra a metáfora do seu gozo no corpo da mulher assim como o capital no corpo do proletariado, a novidade dos mecanismos de exploração no contexto do trabalho imaterial reforça as estratégias de aproximação do subjetivo, do criativo do intangível, que leva o sistema a uma quase destruição do potencial criativo e a um conflito com a vontade expressa pelo corpo juvenil popular, que explode e reage em ciclos ao processo de guerra permanente que é perpetrado pelas forças da dominação. Para o debate e as relações entre o marxismo e a psicanálise a partir da ideia lacaniana de que Marx foi o descobridor do sintoma, a partir do enunciado do conceito de mais-valia, permite-nos trabalhar essa idéia da economia do gozo. Ao longo desse trabalho, preferimos remeter a uma economia da denegação do valor pela violência simbólica cuja forma extrema é o gozo pela via da crueldade. Para pensar a noção de economia do gozo, vide BECKER, Paulo. *A economia do gozo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

¹⁰ Uma retomada de leituras e indicações de caminhos para uma reconstrução da sociologia crítica a partir da experiência dos campos de extermínio e do holocausto do povo judeu procura responder a todo um conjunto de formas de negacionismo, assim como uma leitura de defesa do exclusivo étnico para um tema de fundo na construção da noção da dignidade humana. Vide BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

seus modos de vida, no plano material dos lugares (periferias) e no plano imaterial (das redes).

Os mecanismos de integração na sociedade de massas através do contrato social são vistos como inadequados e custosos para a era pós-fordista. A crise do welfare e a desfiliação de direitos são a outra face da especialização flexível e do empreendedorismo considerados enquanto modos de redefinição das relações de trabalho. Os mecanismos reformistas e a concepção das punições ligadas ao processo educativo e da cidadania no capitalismo organizado agora são considerados obstáculos para a melhor alocação dos recursos públicos, já que esse processo deve se dar pela via da privatização e da circulação global. A privatização de prisões e a delegação do poder de polícia para grupos privados são a expressão extrema do projeto neoliberal.

A privatização das formas de securitização se combina com os sistemas de controle. As instituições sociais organizadas são vistas como fatores de custo e risco para a reprodução do sistema de acumulação flexível de capital com sua dinâmica de mundialização. As políticas de governo se alimentam da percepção da insegurança social, o que serve para justificar as ações de contenção das demandas das vítimas dos mecanismos de desorganização da regulação social. A modernidade líquida usa seus próprios efeitos para retroalimentar os dispositivos de repressão, criminalização e encarceramento, desconstruindo os elos potenciais que poderiam nascer da cooperação produtiva do trabalho pós-fordista¹¹.

Pós-modernidade e crueldade

A passagem da sociedade de massas para um quadro de multidão fragmentada é um retrato dessa batalha engendrada pelas ações da classe

¹¹ Para uma análise dos processos com base na securitização ou na produção e manejo da insegurança apoiando ações de exceção no quadro global, vide DE GIORGI, Alessandro. Suspicion et exception. *Revista Cultures & Conflits*, Paris: L'Harmattan, 58, 2005.

dominante contra as formas sociais e institucionais de regulação econômica e política do pós-guerra. A liquidação política dos padrões de direitos sociais do trabalho e do regime salarial gera uma imagem de excesso negativo das populações pobres, acentuado pelos efeitos das novas tecnologias de produto e processo. Segundo Alessandro De Giorgi, configura-se “um regime de *desconfiança universal* que impede o reconhecimento recíproco dos indivíduos como parte de uma mesma força de trabalho social”¹². Incerteza, risco e pânico povoam o imaginário social que ajuda a dissolver os laços orgânicos e as formas corporativas do mundo social e do trabalho que marcaram o mundo durante as três primeiras décadas após a Segunda Grande Guerra Mundial.

A relação entre o contencioso juvenil e popular nas periferias do globo e em especial no Brasil exige o entendimento da relação entre pós-modernidade e crueldade, na articulação entre os diversos modos de dominação construídos para capturar, controlar, conter e anular o potencial de autonomia e criação da subjetividade coletiva nas redes e nos territórios. O estudo crítico da modernidade e o entendimento da política e do poder como relação de forças são definidos a partir de uma relação de continuidade e passagem entre guerra e política, num jogo que vai de uma a outra, como contrários que nunca são superados uma vez que engendrados na estrutura de uma dialética negativa e de repetição.

A questão da definição de uma base ética para a paz exige uma reconstrução da política que parte da análise crítica do poder de fazer a guerra, que marca a constituição da soberania política encarnada nos Estados Nacionais, cujo fundamento se articula com o ato de exceção, cuja regra engendra o inimigo. E por essa ótica percebe-se a ameaça como fundamento da segregação e da lei, onde a razão instrumental e a compensação imaginária levaram ao paroxismo os processos reais e potenciais de barbárie ao ritmo da expansão do poder imperial e do capitalismo monopolista.

¹² GIORGI, Alessandro de. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia e Editora Revan, 2006.

A autoridade moral que se projeta na sombra do regime de segurança depende da capacidade de gerar uma concentração de meios e de espaços de mobilidade, circulação e reconhecimento por parte de certos grupos sociais e pessoas supostamente beneficiárias dos modos de proteção e garantia de defesa por parte das forças militares, policiais e judiciais. O discurso moralista se sustenta na mídia quando esta passa a produzir e utilizar os diversos tipos de discurso religioso, político e especializado para definir os contornos e as interpretações que justificam os modos de aplicação das regras e os jogos sem regra na gramática da sociedade dos simulacros e do espetáculo.

O debate sobre o universo concentracionário e seu impacto na produção de um saber-poder para os regimes de exceção, o fascismo e o stalinismo, expressa sua verdade na experimentação continuada da eliminação da vontade e da humanidade. Na degradação do Outro, como modo de anular a alteridade na vida social, no extermínio como modo de construir uma identidade nacional, de raça, de partido.

As práticas de crueldade se exercem sobre um corpo, que nos faz sentir seu efeito em algo que amamos e valorizamos, por isso, a dor da vítima é de alguma maneira sentida e o gozo do carrasco, do algoz do sádico, ganha cores afirmativas, não se esconde, confessa e afirma sua vontade de poder¹³. Não é apenas a banalização do mal pelo cumprimento burocrático de uma ordem, mas o processo de servidão e insensibilidade que garante a segurança do grupo pelo ritual de sacrifício de um terceiro. A crueldade é como um processo e sintoma de manifestação da vontade de poder que anima os agentes dos aparatos e os que são seus seguidores, que se soma ao apoio indireto dos hipócritas e cínicos que sempre pensam na estrutura do mal menor, como o preço que deve ser pago de indignidade necessária para sustentar o espaço dos bons e do bem.

¹³ Para Espinosa, “a crueldade ou ferocidade (Crudelitas seu Saevitia) é o desejo pelo qual alguém é impelido a fazer mal àquele que amamos ou que nos inspira comseração” (ESPINOSA, Bairuch de. Ética III. In: CHAUI, Marielena (Org.). *Espinosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 218. Col. Pensadores.).

O projeto político totalitário foi substituído na era global pela dominação das populações a partir de uma forma de inversão na escala temporal, onde o fim da história justifica o controle dos que vivem recusando esse encerramento da mudança. Onde é afirmada a regra da eliminação dos que excedem, pela sua mera existência corpórea, os custos que os vencedores estão dispostos a pagar para mantê-los na distância devida.

A mudança de regime político e a construção de outra base de sustentação para uma política alternativa, que recuse as razões extremas da intolerância nascida da administração do medo, só podem ser realizadas com uma mudança de cultura e percepção que redefina as condições de realização do que seja a justiça. A recusa do sofrimento e da opressão passa pela superação das forças que sustentam o estatuto moral da iniquidade, da indignidade, da crueldade. A controvérsia sobre a noção de justiça na pós-modernidade está posta na contradição entre a afirmação de outro caminho ético, com base na solidariedade. Para, desse modo, poder enfrentar o predomínio da relação entre os desencaixes nas trajetórias pessoais e de grupo, o relativismo das posições e o individualismo competitivo e possessivo, que compõem a ideologia dominante, sobredeterminada pelo temor do fracasso e pelo medo da perda de posições fragilmente adquiridas na mobilidade social incerta.

Os deslocamentos promovidos pela condensação ideológica permitem uma estrutura plástica de variações e misturas, de composição e recomposição dos diferentes grupos sociais, em escalas de proximidade de estilos e tipos toleráveis e adaptáveis aos modos de vida dominantes. Esse processo de dominação sem integração e sem totalização se articula com a opção de atuar por conhecimento e estratégias tópicas, por operações e tecnologias capazes de recortar para controlar e suprimir os problemas, lidando com eles através de dispositivos distintos conforme suas escalas e densidades enquanto obstáculos para a reprodução social.

Os dispositivos de controle e as tecnologias que são operadas e agenciadas pelo poder estatal e pelas redes privadas atravessam fronteiras e definem novas agendas, que exigem operações intensivas de atualização, que se confundem com a dinâmica de eventos e os simulacros próprios das virtualidades do real, que suprime a capacidade de simbologização pelos indivíduos diante das máquinas de produção de fantasias e da profusão atordoante dos objetos artificiais na esfera da sedução da barbárie do consumo, que apoia a acumulação ilimitada de capital.

A atual proliferação de dinâmicas promovidas pelos sistemas semióticos parece ampliar o fenômeno de naturalização. A velocidade de integração comunicativa e de aproximação dos eventos e processos acaba demandando um sistema de respostas rápidas, o cibernantropo precisa viver no reino biomaquínico das respostas rápidas, dos regimes, normas e regras ditadas e apoiadas na cibernáquina. Mas mesmo no fundo do universo técnico se afirma um conflito com o poder cooperativo e inteligência coletiva. Entre o consumismo e a razão instrumental e o poder de interação e conexão que pode ser animado no espaço virtual pelas redes sociais horizontais.

O jovem da periferia é uma das figuras do investimento imagético e fantasioso realizado pelo deslocamento ideológico que procura constituir a sua imagem como figura encarnada da ameaça, que se articula com a imagem do estrangeiro, do migrante, da minoria étnica. Desta maneira, a sociedade é atravessada por uma clivagem antagônica que não pode ser integrada pela ordem simbólica. Na lógica contemporânea da doutrina da guerra permanente contra o terror ao lado da proposta do novo século americano se afirma um discurso da segurança que traduz a plasticidade para “os inimigos sem rosto”, o que permite uma relação com processos objetivos e encarnados nas situações e frente aos sujeitos escolhidos para materializar essa figura indeterminada até que ganhe as feições do muçulmano e do jovem da periferia.

A crueldade como concretização das inúmeras formas de produzir a dor física e psíquica, material e moral, é o significante básico para desvendar o mal-estar na modernidade, entendido como um sintoma no sentido que faz parte de uma lógica invertida e radicalizada que pode ser vista, forçando a teoria, como um mais-de-gozar, como a satisfação derivada da destruição e desqualificação do desejo do Outro. Na economia da violência simbólica os processos subjetivos interagem com a economia política do capital como relação social.

A globalização imperial capitalista na sua relação com a guerra difusa nos territórios é uma face extrema da transparência do mal contemporâneo, que rompe com o regime de direitos em nome da guerra como exceção da política na forma das várias guerras civis por todo o planeta. A nova geopolítica vai consolidando o discurso da segurança como fundamento da legitimidade das soberanias e do império em crise, sob o peso da ingovernabilidade que expressa a crise orgânica permanente no sistema mundo em transição por força dos processos de globalização.

Periferia e luta de classes

A guerra social contra os pobres e a periferia se incrementou ao longo do processo de desfiliação de direitos gerado pelo capitalismo global. A variedade de intensidade e ritmos que articulam o duplo eixo material e simbólico da dominação política na atualidade é parte de uma economia política da crueldade. A ação do poder dominante se exerce oscilando entre o extermínio e a contenção, mediada pelas práticas do recrudescimento da punição, do encarceramento e mesmo do retorno institucional da tortura. As gradações e as graduações são operadas por vários subsistemas em interação com os agenciamentos marcados pelo novo espírito do capitalismo, pela gestão por projetos, no quadro de formação da modernidade líquida que discrimina e administra as fronteiras a partir dos mecanismos de consumo que

são articulados com a capacidade de captura do intangível e do subjetivo nas redes de mercadorias.

A relação entre um quadro jurídico de institucionalização da guerra contra os descontentes e nas periferias se difundiu em paralelo com as mudanças no regime de acumulação flexível. O que faz da sociedade globalizada pelo capitalismo pós-moderno um espaço de lutas por reconhecimentos e direitos, em choque com as práticas resultantes de uma fabricação e gestão das ameaças. O que radicaliza e diversifica as formas de dor e crueldade, que combinam a fabricação do excesso com a permanente repetição das formas de violência que buscam refundar as bases de uma soberania em crise.

O mal-estar na contemporaneidade, examinado pela dialética da crueldade e da barbárie civilizacional, nos termos da teoria crítica, nos remete à leitura das relações de força, se na longa duração importa compreender a estrutura da desigualdade e da dor sofrida por vencedores e vencidos, em que a memória se torna um fator político decisivo. No caso da atualidade e da estrutura do cotidiano, é preciso pensar a partir da voz e da resistência cotidiana dos oprimidos, a partir de sua força potencial de emancipação e dentro das condições atuais da estrutura social, do modo de produção e formas institucionais em mudança¹⁴.

As bases sociais e matérias do sofrimento e da dor são parte componente essencial dos mecanismos de opressão contra a multidão dos precarizados nas periferias. A produção do sofrimento do corpo

¹⁴ Na guerra cotidiana e na experiência traumática das ocupações urbanas (periferias e favelas), a afirmação de narrativas com base na história, na memória e na experiência dos moradores tem sido um fator de construção de um patrimônio, de um capital social de reconhecimento, condição para a criação de novos possíveis, de novas narrativas. Na nova museologia crítica a presença do social e a memória histórica das vítimas das ditaduras tornam-se um fator de mobilização contra a dinâmica desqualificadora, a criminalização e a desqualificação da experiência das classes populares. Mesmo o inenarrável, como o genocídio e os campos nazistas, exige uma elaboração para que o processo de simbologização permita continuidade e a vida se expresse com as novas gerações, mesmo que o tempo se alongue para uma terceira geração no ciclo das famílias dilaceradas pelo mal radical dos regimes e situações dos regimes de exceção, terror e guerra. Vide. SHWEIDSON, Edelyn. *Memória e cinzas: vozes do silêncio*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

juvenil popular é entendida na nossa análise como sendo necessária para a estratégia de repressão, contenção e desqualificação das periferias. Essa produção funcional se apoia nas formas de violência simbólica e nos dispositivos e sistemas complexos que geram o poder de controle policial próprio ao novo regime de segurança global. Os aparelhos de contenção e controle se adaptam, são reaplicados nas distintas configurações institucionais nacionais e locais. A exceção se exerce com dinâmicas de crueldade que mobilizam os mais diversos meios e instrumentos tecnológicos para serem operados por sujeitos dispostos ao trabalho de destituição e destruição ativa contra o Outro.

A crueldade se articula com a intensificação dos meios nos contextos de velocidade, onde a dromologia se articula com os simulacros, tornando o mal transparente¹⁵. Os campos de detenção dos inimigos e dos ilegais são como pontos extremos de uma arquitetura banalizadora do mal, colocando-se de maneira transparente na nova cartografia do poder. A autoridade política sinaliza para o exercício de várias empresas, mercados e serviços, para a guerra e para o exercício do poder de polícia com o apoio de tecnologias de base cibernética, recorrendo a todos os meios que permitem operar os diversos planos da dominação sobre as sociedades.

O transbordamento dos processos econômicos e da exacerbação do espetáculo se coaduna com mecanismos de gestão do poder em períodos de desequilíbrio e crise permanente. Liberadas as forças do mercado e amplificadas as imagens da catástrofe, o horror se torna um fenômeno comum, destruindo a unidade da experiência e fragmentando o cotidiano. Depois da comunidade é a sociedade que é dilacerada, depois da economia é o social que é espaço das novas formas de acumulação. Depois da alienação no Estado, na política e na cultura é no corpo do indivíduo e na sua dinâmica psíquica que se inscreve o narcisismo e o medo movidos pela razão cínica

¹⁵ BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. Campinas-SP: Papirus, 2006.

para os dominantes e pela morte em vida para o exército de zumbis constituídos na dor e na melancolia.

A barbárie dos vitoriosos na luta social se prolonga na ação combinada da dinâmica da crueldade, no manejo dos instrumentos e das ações de destruição material das formas de guerra, na ação dos dispositivos e operação de polícia, nas formas de tortura física e psíquica, no encarceramento e na criminalização em massa real e potencial. Cobrando dos vitoriosos na guerra uma combinação entre a razão cínica, as formas sádicas e narcisistas de relação com os supostamente iguais e a paranoia por conta do pânico quanto ao Outro. Destruído, contido, encarcerado e vencido o Outro encarnado no corpo juvenil e na alma popular não pode ser eliminado, a indiferença e naturalização deixam um custo, um resíduo do próprio excesso de investimento na força destrutiva do Outro que não encobre uma desmedida destrutiva no seio do grupo vencedor. Os sujeitos sociais vencidos na luta social podem ser reduzidos pela crueldade material e simbólica a uma posição de mortos-vivos, de seres sem vontade (os “muçulmanos”), ao homem eliminável por força de sua natureza diferente.

A diferença como força produtiva e requisito de geração e criação de valor e vida retorna sob a forma fantasmática na paranoia dos vencedores, sob a forma de trabalho vivo na demanda por mais-valia social e na forma de resistência e novos saberes e práticas críticas que excedem o poder de controle e as ações de desqualificação. A paz depende do reconhecimento dessa potência de produção de vida distinta da máquina de apropriação e captura. Os efeitos antieconômicos e de destruição da lógica da guerra e da desqualificação são evidenciados no cenário em ruínas deixado no rastro das ações imperialistas.

O eixo das alternativas se projeta na potência de criação que se manifesta ética e esteticamente na recusa e na resistência pelas subjetividades coletivas que nascem do protagonismo juvenil, pelo agenciamento político e

organizativo de redes sociais de circulação, de mobilização e de participação democrática e produtiva, com base na cooperação horizontal nos territórios populares¹⁶.

Segregação urbana e vida nua

A formação de novos muros e novos campos é parte de uma rede de dispositivos comandados por dispositivos de controle e regulamentos de exceção que caracterizam os novos regimes e modos de reprodução social, base para lidar com os fluxos desterritorilizados do capital. No centro das relações com as massas precarizadas e em especial com a juventude, temos a violência simbólica constitutiva, o ato de guerra inaugural da desqualificação, da construção do inimigo, do processo ininterrupto que sustenta a ideologia da segurança que legitima as ações de crueldade, de produção e redução do corpo não branco, juvenil e popular ao estado de carnalidade, de animalidade, da vida nua do homem matável¹⁷.

Nas grandes metrópoles essa reificação do outro da desordem que ameaça a paz dos consumidores, proprietários e contribuintes segue o fio histórico da relação de exclusão e subordinação das classes, etnias e nacionalidades que devem ocupar, com as mulheres, os idosos e as crianças, um lugar que é administrado pela produção de violência simbólica, que estabelece o lugar de inferioridade na estratificação social. Na era do impacto das ações globais esse processo se dá dentro do modo de produção pós-fordista e em rede que engendra os investimentos linguísticos, imagéticos e comunicacionais que fabricam a ideologia que vai permitir a eliminação, a redução e a captura do outro.

¹⁶ Os processos de subjetivação da resistência podem ser vistos através das atitudes e manifestações de fidelidade, de reação e de obscuridade. Na nossa leitura, o emergente, o evento que resulta da presença da potência transformadora e criativa da juventude é posto frente aos formatos reativo e obscuro, que são articulados pelas subjetividades mobilizadas no corpus da dominação. Vide BADIOU, Alain. *Second manifeste pour La philosophie*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2009.

¹⁷ Vide AGAMBEN, Giorgio. *Homosacer: o poder soberano a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

O discurso da ordem é a forma atual de sustentar e transitar entre a economia exterminista da guerra contra o inimigo difuso e invisível (sustentada na ampliação e generalização da percepção da ameaça terrorista) e a massificação da criminalização pelo encarceramento, passando para processos mais territorializados e mediados, que possam conter e filtrar os efeitos devastadores causados a partir dos custos sociais da guerra contra as drogas como modo de relação entre o poder do Estado e as classes populares precarizadas.

Qual a paz?

A nova etapa de pacificação na cidade passa da devastação das operações de limpeza, ataque e bombardeio das máquinas de guerra, para operações policiais de ocupação e daí para construção de um tipo de sociabilidade de controle engendrada pela noção de pacificação e pela manipulação da ideia de comunidade. Como já dissemos, a comunidade capturada é o resultado da estratégia de contenção das classes populares que tenta substituir os mecanismos insustentáveis da guerra por mecanismos de controle social territorial.

Para refletir sobre esse processo é preciso construir uma percepção da dinâmica da relação de dominação e do biopoder na contemporaneidade, desvendando os mecanismos da crueldade que engendram a fabricação da destituição, da desqualificação que visam a anular a subjetividade dos descontentes, dos oponentes, animalizando os que são vistos como excesso, como resíduo, descartáveis, matáveis. Esse processo de naturalização de certos segmentos da sociedade é amplificado ao longo da modernidade através dos vários mecanismos de filiação e desfiliação ao quadro dos direitos, com todos os nexos entre as lógicas produtivas e as reprodutivas, de modo a que o processo de valorização do capital e as formas de dominação possam interagir mediados pelas formas jurídicas e pelos dispositivos de violência e controle material e simbólico.

Para situar a estratégia de dominação pela destituição e anulação do desejo do outro, para identificar as formas de apropriação da dinâmica produtiva do trabalho vivo, para perceber a formação de um novo regime de governamentalidade com base na criminalização do corpo da multidão juvenil e popular precarizada, é preciso sublinhar cada vez mais o modo de reprodução social contemporâneo, na sua relação com a dialética negativa marcada pela crueldade. Desconstruir a estratégia do saber-poder da guerra social contra os jovens e a periferia é um desafio indispensável para a constituição dos movimentos, resistências e explosões de rebeldia e protesto como marca da vida ativa nas cidades. Tornar a periferia o centro é a chave do direito à cidade como plataforma adequada para a emergência das subjetividades coletivas e plurais na multidão de jovens que habita o planeta favela e a periferia mundo.

| Artigo recebido em 21/7/2010 e ~~aceito para publicação em 30/9/2010.~~